



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA



ANO XXXIII - Nº 010 - SÃO LUÍS, QUARTA-FEIRA, 23 DE FEVEREIRO DE 2005. EDIÇÃO DE HOJE: 12 PÁGINAS
5.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15.ª LEGISLATURA

SUMÁRIO

RELAÇÃO DE ORADORES	02	INDICAÇÕES	03
PAUTA	02	ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA	07
ATA	02	RESOLUÇÃO LEGISLATICA	09
REQUERIMENTO	03	OFÍCIOS	10

MESA DIRETORA

Deputado João Evangelista (PTB)
Presidente

- | | |
|--|--|
| 1.º Vice-Presidente: Deputado Rubens Pereira (PTB) | 1.º Secretário: Deputado Wilson Carvalho (PTB) |
| 2.º Vice-Presidente: Deputada Graça Paz (PDT) | 2.º Secretário: Deputado Pavão Filho (PTB) |
| 3.º Vice-Presidente: Deputado Rigo Teles (PTB) | 3.º Secretário: Deputado Alberto Franco (PSDB) |
| 4.º Vice-Presidente: Deputada Janice Braide (PTB) | 4.º Secretário: Deputado Stênio Resende (PTB) |

BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - PTB - PSDB - PL - PMDB - PP

- | | |
|--|------------------------------------|
| 1. Deputado Aderson Lago (PSDB) | 13. Deputado José Lima (PL) |
| 2. Deputado Alberto Franco (PSDB) | 14. Deputado Manoel Ceará (PL) |
| 3. Deputado Alberto Marques (PMDB) | 15. Deputado Manoel Ribeiro (PTB) |
| 4. Deputado Antonio Carlos Bacelar (PTB) | 16. Deputada Maura Jorge (PTB) |
| 5. Deputado Camilo Figueiredo (PTB) | 17. Deputado Paulo Neto (PTB) |
| 6. Deputada Cristina Archer (PSDB) | 18. Deputado Pavão Filho (PTB) |
| 7. Deputado Deusdeth Sampaio (PTB) | 19. Deputado Pedro Veloso (PTB) |
| 8. Deputado Elígio Almeida (PTB) | 20. Deputado Reginaldo Nunes (PL) |
| 9. Deputado Geovane Castro (PTB) | 21. Deputado Rigo Teles (PTB) |
| 10. Deputado Hélio Soares (PP) | 22. Deputado Rubens Pereira (PTB) |
| 11. Deputada Janice Braide (PTB) | 23. Deputado Soliney Silva (PP) |
| 12. Deputado João Evangelista (PTB) | 24. Deputado Stênio Resende (PTB) |
| | 25. Deputada Telma Pinheiro (PTB) |
| | 26. Deputado Wilson Carvalho (PTB) |

Líder

Deputado Antonio Carlos Barcelar

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - PT - PDT

- | | |
|--------------------------------------|---------------------------------|
| 1. Deputado Domingos Dutra (PT) | 5. Deputado Luiz Pedro (PDT) |
| 2. Deputada Graça Paz (PDT) | 6. Deputado Mauro Bezerra (PDT) |
| 3. Deputada Helena Barros Heluy (PT) | 7. Deputado Rubem Brito (PDT) |
| 4. Deputado Julião Amin (PDT) | |

Líder

Deputado Luiz Pedro (PDT)

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL - PFL

- | | |
|-------------------------------------|-----------------------------|
| 1. Deputado Carlos Alberto Milhomem | 3. Deputado Francisco Gomes |
| 2. Deputado César Pires | 4. Deputado Max Barros |

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB

1. Deputado Joaquim Nagib Haickel
2. Deputada Teresa Murad

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA - PPS

1. Deputado Antonio Pereira

PARTIDO VERDE - PV

1. Deputado Carlos Filho

Licenciado - Secretário de Cidades
Deputado Arnaldo Melo
Sem Partido
Deputado Carlos Braide

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23/02/2005 - 4.ª FEIRA

GRANDE EXPEDIENTE

1.º ORADOR (a) - 30 minutos

DEPUTADO DOMINGOS DUTRA

TEMPO DOS PARTIDOS E BLOCOS PARLAMENTARES

BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - BPP - 40 MINUTOS

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - BPO - 10 MINUTOS

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL - PFL - 10 MINUTOS

PARTIDOS DE RESERVAS

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB - 05 MINUTOS

PARTIDO VERDE - PV - 05 MINUTOS

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA - PPS - 05 MINUTOS

PAUTA DE PROPOSTAS PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS:**DATA: 23 /02/2005 – 4ª FEIRA:****1. ORDINÁRIA 2ª SESSÃO:**

1. PROJETO DE LEI Nº 013/05, de autoria do Senhor Deputado Pavão Filho, que dispõe sobre cancelamento da inscrição no cadastro de contribuintes do imposto sobre Operações Relativas à Circulação de mercadorias e sobre prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação-ICMS no Estado do Maranhão na forma que especifica.

2. PROJETO DE LEI Nº 014/05, de autoria do Senhor Deputado Alberto Franco, que dispõe sobre a obrigatoriedade da expedição de certidão positiva e, ou negativa de débito e dá outras providências.

3. PROJETO DE LEI Nº 015/05, de autoria da Senhora Deputada Cristina Archer, que autoriza o Poder Executivo a conceder parcelamento de débitos relativos ao Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores IPVA na forma que especifica.

2. ORDINÁRIA 3ª SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 007/05, de autoria do Senhor Deputado Pavão Filho, que dispõe sobre a dispensa, durante os festejos Juninos do pagamento de Licença ao Governo do Estado do Maranhão pelas Entidades que especifica e dá outras providências.

2. PROJETO DE LEI Nº 008/05, de autoria do Senhor Deputado Pavão Filho, que dispõe sobre Incentivo Fiscal ao Esporte Amador no Estado do Maranhão e dá outras providências.

3. PROJETO DE LEI Nº 009/05, de autoria do Senhor Deputado Hélio Soares, que dispõe sobre o direito à meia-passagem nos transportes coletivos de passageiros aos estudantes da rede pública e privada no âmbito do Estado do Maranhão e dá outras providências.

4. PROJETO DE LEI Nº 010/05, de autoria da Senhora Deputada Helena Barros Heluy, que considera de Utilidade Pública, a Associação de Desenvolvimento Social do Vassoural, com sede e foro em Paço do Lumiar-MA.

5. PROJETO DE LEI Nº 011/05, de autoria do Senhor Deputado Aderson Lago, que considera de Utilidade Pública, a Associação Beneficente, Educativa, Produtiva, Cultural dos Moradores do Bairro Coquilho e Povoados Adjacentes, com sede e foro em São Luis-MA.

6. PROJETO DE LEI Nº 012/05, de autoria do Senhor Deputado Pavão Filho, que estabelece pagamento de IPVA em até 06 (seis) parcelas.

7. PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/05, de autoria do Senhor Deputado Pavão Filho, concedendo a Medalha do Mérito Legislativo “Manoel Bequimão”, ao Exmo. Dr. Carlos Tadeu D’Aguiar Silva Palácio, Prefeito de São Luis.

3. ORDINÁRIA 4ª E ÚLTIMA SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 001/05, de autoria do Senhor Deputado Aderson Lago, que autoriza o Poder Executivo a proceder à desapropriação, sem ônus, com reversão ao patrimônio do Estado do Maranhão, do Convento das Mercês e dá outras providências.

2. PROJETO DE LEI Nº 002/05, de autoria do Senhor Deputado Alberto Franco, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino e a prática da natação aos estudantes do ensino fundamental e médio nas Escolas da Rede Pública e Privada de Ensino, no âmbito do Estado do Maranhão.

3. PROJETO DE LEI Nº 003/05, de autoria do Senhor Deputado César Pires, que torna obrigatória a leitura de, no mínimo, um livro no Ensino Fundamental e de dois livros no Ensino Médio, por ano letivo, a serem escolhidos pela escola, e dá outras providências.

4. PROJETO DE LEI Nº 004/05, de autoria da Senhora Deputada Telma Pinheiro, ficam instituídos a Carteira de Identificação de Ministro Religioso e Selo de Livre Acesso, no âmbito do Estado do Maranhão.

5. PROJETO DE LEI Nº 005/05, de autoria do Senhor Deputado Aderson Lago, que dispõe a denominação do prédio do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

6. PROJETO DE LEI Nº 006/05, de autoria do Senhor Deputado César Pires, que considera de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pinheiro, com sede e foro no Município de Pinheiro, no Estado do Maranhão.

7. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/05, de autoria do Senhor Deputado Aderson Lago, que dispõe a substituição da frase existente no Plenário “Gervásio Santos”, pela estrofe da Canção do Tamoio.

SECRETARIA DA MESA DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, em 22 de fevereiro de 2005.

VISTO:

Ata da Quarta Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Quinta Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada em vinte e dois de fevereiro do ano de dois e mil e cinco.

Presidente Senhor Deputado Rigo Teles.

Primeiro Secretário Senhor Deputado Wilson Carvalho

Segundo Secretário Senhor Deputado Pavão Filho.

Às nove horas e trinta minutos presentes os senhores deputados Aderson Lago, Antônio Carlos Bacelar, Camilo Figueiredo, Carlos Alberto Milhomem, Carlos Braide, Cristina Archer, Domingos Dutra, Elfígio Almeida, Francisco Gomes, Helena Barros Heluy, Hélio Soares, Janice Braide, José Lima, Julião Amin, Luiz Pedro, Manoel Ribeiro, Maura Jorge, Mauro Bezerra, Pavão Filho, Pedro Veloso, Rigo Teles, Rubem Brito, Rubens Pereira, Soliney Silva, Stênio Rezende e Wilson Carvalho. Ausentes Alberto Franco, Alberto Marques, Antônio Pereira, Carlos Filho, César Pires, Deusdedit Sampaio, Geovane Castro, Graça Paz, João Evangelista, Joaquim Nagib Haickel, Manoel Ceará, Max Barros, Paulo Neto, Reginaldo Nunes, Telma Pinheiro e Teresa Murad.

I – ABERTURA

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO RIGO TELES

- Em nome do povo e invocando a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Senhor Segundo Secretário para fazer a leitura do texto bíblico e resumo da Ata da sessão anterior.

O SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO PAVÃO FILHO (lê texto bíblico e ata) - Ata lida Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO RIGO TELES

- Ata lida e considerada aprovada.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO RIGO TELES

- Com a palavra o Senhor Primeiro Secretário para fazer a leitura do Expediente.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO WILSON

CARVALHO – (lê expediente)

II – EXPEDIENTE**REQUERIMENTO Nº 009 / 05**

Senhor Presidente,

Na forma do que dispõe o Regimento interno deste Parlamento, Requeiro a V. Ex.^a que, após ouvido o Plenário, seja retirado a Proposta de Emenda Constitucional nº 009/04, a fim de que sejam feitas as devidas correções no texto, que adequará às exigências de ordem constitucional, após o mesmo será encaminhado novamente para posterior tramitação.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio “Manoel Bequimão”. São Luís, 21 de fevereiro de 2005. .PAVÃO FILHO - DEPUTADO ESTADUAL-PTB -2º SECRETARIO.

NOS TERMOS DO ART. 161 DO R.I., O REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO PAVÃO FILHO SERÁ SUBMETIDO A APRECIÇÃO DO PLENÁRIO.

TRANSFERIDA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO POR FALTA DE “QUORUM” REGIMENTAL.

EM: 22/02/05

INDICAÇÃO Nº 023/05

Senhor Presidente,

Na forma regimental requeiro a Vossa Excelência, que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor **Dr. Edmison Irineu Carneiro**, Coordenador do Comitê Gestor Estadual do Programa **LUZ PARA TODOS-ELETRONORTE**, no sentido de incluir no Plano de Universalização de Energia Elétrica do mencionado Programa, o povoado de **Parada Bonsucesso, entrada para Bom Jesus**, pertencente ao Município de **Humberto de Campos**.

O povoado em questão fica a 01 Km, da sede do município e da BR, com 40 residências e 155 habitantes, que necessitam da energia elétrica, como instrumento indispensável para a melhoria de condição de vida daquela população, como também, para o desenvolvimento sustentável da região.

Plenário “Gervásio dos Santos, do Palácio “Manoel Bequimão”, São Luís, 21 de fevereiro de 2005. Reginaldo Costa Nunes - Deputado Estadual – PL – Maranhão.

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente Indicação.

INDICAÇÃO Nº 024 / 05

Senhor Presidente,

Na forma regimental requeiro a Vossa Excelência, que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor **Dr. Edmison Irineu Carneiro**, Coordenador do Comitê Gestor Estadual do Programa **LUZ PARA TODOS-ELETRONORTE**, no sentido de incluir no Plano de Universalização de Energia Elétrica do mencionado Programa, o povoado de **Curral do Meio**, pertencente ao Município de **Humberto de Campos**.

O povoado em questão fica a 02 Km, da sede do município e da BR, com 50 residências e 210 habitantes, que necessitam da energia elétrica, como instrumento indispensável para a melhoria de condição de vida daquela população, como também, para o desenvolvimento sustentável da região.

Plenário “Gervásio dos Santos, do Palácio “Manoel Bequimão”, São Luís, 21 de fevereiro de 2005. Reginaldo Costa Nunes - Deputado Estadual – PL – Maranhão.

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente Indicação.

INDICAÇÃO Nº 025 / 05

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro a Vossa Excelência, que após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Governador do Estado – Dr. José Reinaldo Tavares, para **que autorize a Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUC, na pessoa do Dr. Sálvio Dino de Castro e Costa Junior, a Instalação de um Presídio Feminino**.

Considerando o aumento da criminalidade, a superlotação dos Sistemas Prisionais e as conseqüentes rebeliões, tem sido um desafio empreender soluções dentro das Políticas Públicas de Segurança.

Associado a estes fatos quando aglutinamos no mesmo prédio, homens e mulheres, prisioneiros de justiça pelos mais diferentes atos condenatórios, mesmo que estejam em pavilhões separados, existe um risco potencial de assédio masculino às mulheres, tornando a convivência mais intranquila, exigindo redobrada vigilância dos agentes de segurança.

Estes e outros fatos que as presidiárias de Pedrinhas estão expostas, além das condições precárias da estrutura do Pavilhão Feminino, onde são abrigadas centenas de mulheres, denotam a carência da instalação de um Presídio Feminino.

A presente Proposição de Instalação de um Presídio Feminino no âmbito da Secretaria de Justiça e Cidadania - SEJUC, objetiva proporcionar melhoria das acomodações, maior segurança, respeito aos direitos humanos e resgate da cidadania das mulheres presidiárias.

A descentralização do atendimento prisional, transferindo o contingente Feminino para um Presídio com atendimento específico para mulheres, torna-se uma ação estratégica, e que conseqüentemente resultará na melhoria geral do Sistema Penitenciário do Complexo de Pedrinhas, pois ficarão disponíveis novos espaços, liberando dependências que poderão ser reordenadas para os presos masculinos, desobstruindo as celas superlotadas.

A indicação do prédio da extinta Delegacia Metropolitana para reforma e adaptação às necessidades das mulheres, prende-se a existência de uma estrutura que deverá ser reaproveitada, e reaparelhada, tornando-se perfeitamente funcional.

Logo, a vontade política do Governo do Estado é implementar medidas reais na área de segurança, dessa forma, acreditamos na implantação imediata desta proposição.

Plenário “Gervásio dos Santos do Palácio MANOEL BEQUIMÃO, Em São Luís, 21 de Fevereiro de 2005. TELMA

PINHEIRO - Deputada Estadual – PTB - “O Senhor dos Exércitos está conosco”. Sl. 46.7ª

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente Indicação.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO WILSON CARVALHO - Expediente lido Senhor Presidente.

O SENHOR DEPUTADO CARLOS BRAIDE - Senhor Presidente uma Questão de Ordem.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO RIGO TELES - Concedo a palavra ao Deputado Carlos Braide.

O SENHOR DEPUTADO CARLOS BRAIDE - Senhor Presidente, o Regimento Interno da Casa não permite requerimento de aplauso e congratulações a membros de Poderes Públicos, tanto federal, estadual ou municipal, portanto solicito a V.Exa. que mande arquivar esse requerimento do Deputado Alberto Franco.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO RIGO TELES - Encaminho à Assessoria para dar o parecer. Expediente lido à publicação. Oradores inscritos no Pequeno Expediente sem apartes. Com a palavra a Deputada Cristina Archer.

III – PEQUENO EXPEDIENTE

A SENHORA DEPUTADA CRISTINA ARCHER (sem revisão da oradora) - Senhor Presidente em exercício Deputado Rigo Teles, demais membros da Mesa, servidores da Casa, senhoras e senhores Deputados, imprensa, galeria, aqui presente, meu bom dia. Cumprimento também os internautas que acompanham esta Sessão, através de uma iniciativa inovadora da Mesa Diretora, que fazem parte hoje, inclusive, dessa grande galeria. Neste meu primeiro pronunciamento, após o processo eleitoral para a Mesa Diretora desta Casa, antes de entrar no assunto que me motivou a fazer uso desta Tribuna, quero de público cumprimentar o Senhor Presidente João Evangelista e a toda Mesa Diretora pela vitória conquistada. Desejo Senhor Presidente Em Exercício Rigo Teles, Presidente João Evangelista e a todos os membros da Mesa, que da mesma forma, obstinada e firme com que conduziram sua vitoriosa campanha, conduzam também esta Casa pelos caminhos do diálogo e da independência deste Poder. Espero que a direção do Parlamento Maranhense, com o apoio de todos os deputados, fortaleça a atividade legislativa, a forma mais eficaz de permitir dignidade a este Poder. Quero também registrar meu apreço e reconhecimento ao nosso Ex-Presidente, Deputado Tatá Milhomem pela forma correta, democrática e pacífica com que gerenciou e conduziu os trabalhos nesta Casa por 2 anos. Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, trago à apreciação dos senhores, hoje, um novo projeto, semelhante ao que apresentei em 2003, aprovado por unanimidade dos parlamentares desta Casa e posteriormente vetado pelo Executivo, referente ao parcelamento de dívidas de exercícios anteriores do IPVA. Voltamos à discussão do IPVA, em decorrência da antecipação do pagamento deste tributo implantada por decreto pelo Executivo e já em vigor. O Deputado Hélio Soares e o Deputado Pavão Filho, já trouxeram inclusive este tema a esta Tribuna. O Deputado Pavão Filho, mais ainda, deu entrada em um projeto que propõe a ampliação do parcelamento deste imposto do ano em curso, e de já manifesto o meu apoio a seu projeto. Ocorre que a inadimplência decorrente de débitos anteriores continua sem solução, e pior, ampliando os índices de inadimplência enquanto que os proprietários de veículos, nesta situação, continuam prejudicados pela inflexibilidade no tratamento desta situação. Entendo ser apropriada a retomada deste projeto tendo em vista que o parcelamento de tributos e débitos inscritos na dívida ativa do setor público tem sido um instrumento eficaz na recuperação

de receitas. A Prefeitura de São Luís tem usado desta fórmula com bons resultados, a exemplo do parcelamento de multas de trânsito e do IPTU. O ritmo de vida e a deficiência do transporte público transformou veículos automotores, carros, motos, vans em utilitários. A indústria automobilística percebeu esse filão de mercado e promoveu facilidades na aquisição pelo consumidor. Com a transformação do mercado de trabalho e a redução de vagas no emprego formal, os trabalhadores buscaram na informalidade alternativas para sua sobrevivência. Dessa forma temos hoje taxistas, moto-taxistas e até pais e mães de família fazendo do uso de seus veículos o sustento de suas famílias. A sociedade não deixa de pagar os impostos porque quer. Ela deixa de fazê-lo em razão das circunstâncias que a realidade lhe impõe. O carro, a moto, a camionete, a van não são objetos de luxo, são necessidades. A ilegalidade decorrente das dívidas constrange e gera insegurança. Para superar este constrangimento é necessário buscar mecanismos como o parcelamento de débitos. Quero ressaltar que este projeto difere, em parte, do anterior por tratar exclusivamente do PARCELAMENTO DE DÍVIDAS DO IPVA, Deputado Hélio Soares. Por fim, espero de fato contar mais uma vez com a solidariedade dos companheiros Deputados na certeza de que este apoio reflete também o compromisso de cada um de nós com o povo maranhense. Muito obrigada e bom dia.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO RIGO TELES - Com a palavra o Senhor Deputado Francisco Gomes.

O SENHOR DEPUTADO FRANCISCO GOMES (sem revisão do orador) - Senhor Presidente e demais membros da Mesa, Senhoras e Senhores Deputados, senhoras e senhores da galeria, e senhoras e senhores da Imprensa. Nós temos a satisfação de estar mais uma vez aqui, nesta Tribuna, para trazer um assunto que mais envolve esta Casa, nestes últimos dias, que é a questão das estradas. Ontem, o Deputado Rubem Brito, valoroso Deputado Rubem Brito, fez um pronunciamento aqui destacando duas estradas que se encontram em situação de calamidade; a estrada que liga Pinheiro a Santa Helena, e outra estrada aqui no Baixo Parnaíba. E eu venho hoje a esta Tribuna, para mais uma vez, não sei quantas vezes já vim aqui falar da MA-014 que liga Vitória do Mearim a Pinheiro. E eu me lembro ainda daquela estrada, eu nasci ali naquela região, era apenas um caminho, nem carro nós não conhecíamos naquela época e essa estrada começou a ser construída com esforço da própria população, fazendo destocamento, com enxadas, com outros meios para que os primeiros veículos entrassem ali naquela região. Lembro, na década de 60, de um valoroso amigo que eu tenho em Viana, que era prefeito de Viana, naquela época, o Senhor Acrísio Mendonça; e ele entendeu junto com outras lideranças de abrir a estrada de Viana a Vitória do Mearim, que seria o caminho mais curto para chegar a São Luís, como ainda é até hoje. E foi a própria população, o próprio esforço do Prefeito Acrísio Mendonça, que abriu essa trilha pelos campos, procurando os terrenos mais altos, nos chamados pesos, para que os veículos pudessem chegar até Vitória passando pelo Rio Pindaré, em Cachoeira, no lugar Cachoeira, em Balsas. E no inverno, geralmente, essa estrada era cortada pela sua precariedade. Estou relembando esse passado para fazer justiça por todos aqueles que fizeram alguma coisa por aquela estrada e pela Baixada Maranhense. Lembro do esforço do então Governador João Castelo, que cuidou pela primeira vez também daquela estrada, fazendo os aterros pelos campos para que nós pudessemos permanentemente chegar a Viana. O Governador Luiz Rocha, que construiu a ponte sobre o Rio Pindaré, em Cachoeira, tirando aquele grande flagelo que nós tínhamos lá de passar, às vezes a noite inteira, com o caminhão caído no rio pedindo que os outros veículos pudessem ser transportados e atravessar o Rio Pindaré. Lembro depois ainda, no Governo Sarney como Presidente da República, que ele determinou a construção e asfaltamento de toda aquela via e o então o Ministro dos Transportes, Doutor José Reinaldo Tavares, começou o asfaltamento definitivo daquela via. No governo Roseana Sarney, aquela estrada já estava toda

degradada e esburacada, ela retirou todo o asfalto velho que existia e colocou um novo asfalto; isso inaugurado em 1998 e eu estava nessa comitiva com o então Vice-Governador José Reinaldo. Em seguida, eu fui designado, em 1999, como Gerente Regional de Viana e em 2001, o Governo do Estado, através da Governadora Roseana fez uma licitação contratando uma empresa para fazer a manutenção daquela estrada, manutenção esta comandada pela Gerência Regional. E nós com aquela empresa, todos os buracos que apareciam, todas as falhas que iam acontecendo na estrada eram de imediato recuperados, e nós ficamos durante todo esse período sem nenhum transtorno naquela estrada, e hoje Senhor Presidente, eu quero apenas um minuto, quero lembrar que estamos indo a Brasília pleitear por uma estrada, que é muito justo que se faça isso, mas não devemos esquecer, que a MA- 014 é de responsabilidade do governo, e o Governador virou as costas para nossa região da Baixada Maranhense. E eu tenho ido ao interior, como fui nesse final de semana e ouvi o clamor daquela população, o descontentamento e até desesperança já do nosso povo da baixada, não acreditando mais que nenhuma solução vai acontecer para superar, para minorar e para recuperar aquela estrada de grande necessidade, a espinha dorsal da nossa baixada; e se ela cortar com as chuvas fortes que virão por aí, será um transtorno muito grande de conseqüências financeiras e econômicas para nossa baixada já tão empobrecida com grandes conseqüências em nossa história. Obrigado Senhor Presidente.

IV – ORDEM DO DIA

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RIGO TELES - Ordem do Dia. Requerimento nº 009/05, de autoria do Senhor Deputado Pavão Filho. Fica transferida a Discussão e Votação por falta de “Quorum” Regimental.

V - GRANDE EXPEDIENTE

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RIGO TELES - Concedo a palavra à Deputada Helena Barros Heluy por trinta minutos com direito a apartes. Ausente. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Pavão Filho.

O SENHOR DEPUTADO PAVÃO FILHO (sem revisão do orador) - Senhor Presidente Em Exercício Deputado Rigo Teles, senhores membros da Mesa, senhoras e senhores Deputados, galeria e Imprensa. Senhor Presidente, iremos hoje a Brasília. A maioria desta Casa irá a Brasília hoje, se Deus quiser, para uma audiência com o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, para exigirmos do Governo Federal a imediata reconstrução da estrada BR-316. Já foi aqui discutido, ontem, pelo Deputado João Evangelista e lá vamos Deputado Hélio Soares, exigir do Ministro, da mesma forma, que nós estamos cobrando do Governo do Estado, a exemplo do que já falaram aqui outros colegas Deputados, ontem e hoje, Deputado Chico Gomes hoje, Deputado Rubem Brito ontem, nós temos cobrado do Governo e vamos continuar cobrando o Governo! Não é porque fazemos parte do partido do Governo, não é porque somos da base de apoio ao Governador José Reinaldo desta Casa que não é que vá cobrar o Governo do Estado pelas obras que sejam necessárias para o desenvolvimento do Maranhão. Já cobramos, no ano passado, eu inclusive, fiz requerimento que exigia do secretário, hoje afastado da GEINFRA, SINFRA hoje, qual era o prazo de conclusão da MA-106 que liga Pinheiro a Santa Helena, uma estrada importante que atende o Estado do Pará e outras partes do Brasil. Que encurta o nosso percurso para Carutapera, por exemplo, em 250 km, são 42 km a estrada Pinheiro/Santa Helena. Aproximadamente, já foram asfaltados em torno de 8 km e ainda temos aí 34 km para serem asfaltados, e estamos cobrando, peço ao Presidente, na próxima audiência que esta Casa de forma coletiva tiver com o Governador José Reinaldo, nós vamos cobrar do Governo a imediata conclusão da MA-106, que é uma estrada de vital

importância para a Baixada Maranhense e para o Maranhão, para o litoral norte do Maranhão. Porque assim sendo, daqui a pouco, não se pode mais ir a nossa cidade de Carutapera, porque por aqui pela 316 já está cortada em Araguanã, está intransitável, no trecho de Zé Doca até Santa Inês, Deputado Eligio. E se essa daqui cortar, aí fica difícil nós irmos para lá, a não ser de avião. Então, Deputado Hélio, V.Ex. também é um Deputado lá da região, nós teremos, na próxima audiência com Governador José Reinaldo, que exigir do Governo que a Secretaria de Obras do Governo conclua os 34 km de Pinheiro a Santa Helena, e faça um tapa-buracos pelo menos de Pinheiro a Cujupe que são 80 km. Portanto, Senhor Presidente, eu quero deixar aqui registrada a nossa preocupação, já fizemos isto antigamente através, inclusive, de requerimento, de informações e vou apresentar de novo, reiterando a anterior, qual é a previsão de conclusão da MA-106. Já ontem colocada pelo Deputado Rubem Brito e hoje colocada pelo Deputado Chico Gomes. E com relação ao projeto da Deputada Cristina Archer...

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA – Deputado me permite um aparte?

O SENHOR DEPUTADO PAVÃO FILHO - Concedo com maior prazer, ouço V.Exa. com maior prazer.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA (aparte) - Deputado Pavão, amanhã o contribuinte maranhense vai pagar uma boa grana para 30 deputados. O Governador do Estado ia a Brasília para reclamar, com justiça, a atenção para as BRs. Mas, eu acho que esta Casa tem que fazer um movimento mais próximo, é sair daqui, marcar audiência com o Senhor Governador e discutir com ele as prioridades das MAs, porque há um desmando completo.

O SENHOR DEPUTADO PAVÃO FILHO – Deputado, acabei de falar isso.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA – Pois é. Eu vim como V.Exa. da baixada e essa MA-106 todo trajeto que é feito hoje na baixada pelos ferrys é uma coisa arrasadora. Nós, na Comissão das Estradas, encontramos pessoas, em alguns trechos da MA-014, mas foi só a Comissão passar daquele trecho, desapareceram as empresas, parece que é uma brincadeira. Então, eu estou sugerindo a V. Exa. que ao retornar de Brasília, vale a pena, esta Casa, marcar uma audiência com o Senhor Governador e, a partir de um relatório, que foi feito circunstanciado, inclusive com orçamento de cada trecho, que a gente discute com o Governador quais são as prioridades do Estado, porque se não fica ruim como disse, ontem, o Deputado Rubem Brito, nós vamos pressionar o Governo Federal e não se fala sobre as MAs que estão também em estado pior do que as BRs.

O SENHOR DEPUTADO PAVÃO FILHO – Deputado Dutra, eu tenho V. Exa. como um Deputado muito inteligente, atento, mas Deputado, acabei de falar aqui, no meu pronunciamento, é exatamente isso que estamos propondo ao nosso Presidente João Evangelista como uma ação, não individual de um colega, mas como uma ação do Parlamento, um encontro com o Governador para discutir a prioridade de determinadas MAs. Mas, é exatamente, o que acabo de falar, Deputado Dutra. O que V. Exa. está sugerindo, eu já acabei de propor isso aqui, foi a minha fala, nesse primeiro momento, foi exatamente sobre isso e vamos pedir ao Deputado Evangelista que marque com o Governador para priorizarmos diante da crise financeira, das dificuldades de caixa, mas que se priorize e eu citei, como exemplo, essa MA-106, Deputado Braide. E aqui, vou ler Senhor Presidente, até para não passar como se tivesse se descobrindo a pólvora aqui, eu vou ler, do dia 18 de agosto de 2003, Deputado Dutra. Senhor Presidente, na forma que dispõe o Regimento Interno deste Parlamento requeiro a V. Exa. que após ouvida a Mesa seja encaminhado o ofício ao Senhor

Gerente do Estado de Infra-Estrutura, Doutor João Candido Dominici, solicitando providências no sentido de informar, em caráter de urgência, este Parlamento, qual o prazo previsto para conclusão da pavimentação asfáltica da MA- 106, no trecho Santa Helena/Pinheiro tendo em vista as cobranças permanentes da população da referida região. Finalmente, ficamos no aguardo de uma resposta a nossa reivindicação tendo em vista o compromisso que temos como um dos representantes daquela região, 18 de agosto de 2003. Então, vamos continuar e aí como acabei de falar, o seu pedido já está contemplado na minha fala, vamos pedir ao Deputado João Evangelista, que marquemos com o Governador, para priorizar Deputado Julião. Tem dificuldade de caixa? Tem. Então, vamos ver, são quantas que estão em situação difícil? Quais são as que estão em situação mais dramática, são essas aqui, então, vamos fazer um aperto e vamos tentar antes que comece o inverno, porque a população da Baixada Maranhense do litoral norte cobra permanentemente os prefeitos, os vereadores, os trabalhadores rurais, os pescadores, os comerciantes, os estudantes. Enfim, a mim cobram muito, e V. Exas. com certeza, o Deputado Wilson com certeza e tantos outros Deputados da Baixada Maranhense e do litoral norte do Estado.

O SENHOR DEPUTADO HÉLIO SOARES - Deputado Pavão me permite um aparte?

O SENHOR DEPUTADO PAVÃO FILHO - Ouço V. Exa. Deputado Hélio.

O SENHOR DEPUTADO HELIO SOARES (aparte) - Muito obrigado Deputado, é um prazer. É muito oportuno Deputado Pavão, essa discussão que nós priorizamos agora aqui dentro da Assembléia, que é com relação às BRs e às MAs. A MA Cujupi/Pinheiro realmente foi muita falta de responsabilidade do antecessor da GEINFRA, João Cândido Dominici, que V. Exa. passa lá sempre, eu também, quase todo mundo aqui passa lá, era só um pouquinho de cuidado, mais zelo com a coisa pública que não estaria nas condições que está e V.Exa. com toda razão, se não tomar uma providência urgente, urgentíssima vai cortar a BR-316 que é o objetivo principal da nossa viagem a Brasília, já está cortada e essa que liga Turilândia ao Pará não suporta o tráfego que V. Exa. sabe muito bem que as carretas, sem se falar na outra que passa por Viana, na terra do nosso querido Chico Gomes. Então, é muito oportuno, louvável o seu pronunciamento, eu até entendi que o Deputado Dutra que ele quis reforçar porque é um assunto que todo mundo está falando que V. Exa. com muita ênfase, com bastante responsabilidade, traz à Tribuna neste momento. Parabéns pelo assunto e solidarizo-me com V.Exa.

O SENHOR DEPUTADO PAVÃO FILHO – Obrigado Deputado Hélio Soares, V. Exa. sempre atento porque também é um representante da Baixada Maranhense. Então, Deputado Dutra, estamos propondo, vamos conversar com o Presidente, Deputado João Evangelista, que marque uma ação, não individual, mas da mesma forma que está se levando a Brasília, que tenhamos uma conversa com o Governador, e se discuta essa prioridade das MAs, para efeito de alguma ação concreta agora antes que a chuva comece para valer. Segundo Senhor Presidente, o assunto que eu gostaria de tratar, nesta manhã, é com relação ao projeto da Deputada Cristina Archer. Deputada Cristina, eu quero me solidarizar com V. Exa., acho que o seu projeto é oportuno, votei a favor em 2003 e votarei de novo. Porque o seu projeto propõe o parcelamento de dívida do IPVA. O seu projeto contempla o nosso, os dois caminham juntos; o da Deputada Cristina propõe o parcelamento da dívida e o nosso propõe a ampliação do número de parcelas do imposto propriamente dito. A nossa solidariedade e o nosso apoio. Senhor Presidente, senhores Deputados apresentamos um Projeto de Lei n.º13/2005 hoje nesta Casa, publicado no Diário Oficial de hoje apresentado ontem, que é de vital importância

para o contribuinte maranhense que é o projeto que propõe o cancelamento da inscrição da empresa que adquirir, distribuir, transportar, estocar ou revender derivado de petróleo, gás natural, suas frações recuperáveis, álcool etílico hidratado, carburante e demais combustíveis líquidos carburantes em desconformidade com as especificações estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo. Deputado Hélio, o que tem de gente vendendo combustível adulterado, nesse país, não está no gibi, Deputado Manoel. Você chega num posto, você tem que ter a garantia de que vai comprar um combustível, que já é caro, e aí não tem a certeza se o combustível é puro, se ele não tem a adulteração porque aí o prejuízo é imensurável para o seu veículo, para o seu bolso. São Paulo já propôs isto aqui, como forma de coibir a adulteração de combustíveis, e nós estamos aqui propondo, hoje nessa Assembléia Legislativa do Maranhão, mais um projeto de um alcance extraordinário de proteção ao contribuinte que usa o combustível, seja álcool, gasolina ou óleo diesel, proteger o proprietário de posto que vende honestamente, porque aí é impossível você estar no mercado vendendo combustível Deputado Dutra, e concorrendo com fraudador porque aí você não tem condições de concorrer. Porque você compra mil litros de combustíveis e vende mil e o fraudador compra mil e vende dois, três mil. Então, o nosso projeto protege o contribuinte, ele protege o Estado e protege os donos de postos de combustíveis que vendem corretamente e honestamente. Tanto é que o nosso projeto quando tomaram conhecimento dessa proposição, que íamos apresentar, nesta Casa, Deputado Hélio, nós recebemos o apoio do Sindicato dos Revendedores de Combustíveis do Maranhão, e olha que o projeto é para cancelar a eficácia do registro do ICMS, da empresa que adulterar, que fraudar o transporte, a aquisição e a revenda de derivados de petróleo. Então, esse projeto tem um alcance extraordinário em defesa do consumidor, da economia do nosso Estado como disse: protege o Estado porque o Estado arrecada mais; protege o dono de posto porque ele não tem o concorrente desleal; e protege o contribuinte porque sabe que está comprando combustível não adulterado. Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhoras Deputados, este projeto tem um alcance extraordinário. Deputado Dutra, para o Maranhão todo, a nossa justificativa de forma sucinta diz o seguinte: A proposta hora formulada se justifica pela necessidade de coibir a comercialização de combustível adulterado, em virtude da constatação do crescente aumento dessa prática ilegal, que importa lesão às relações de consumo, constitui crime contra ordem econômica e implica evasão fiscal gerando concorrência desleal com os contribuintes que desenvolvem regularmente suas atividades comerciais e principalmente o prejuízo que causa ao consumidor que já paga uma elevada carga tributária.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA – Deputado Pavão, permite um aparte?

O SENHOR DEPUTADO PAVÃO FILHO – Ouço V. Exa. Deputado Dutra.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA (aparte) – Deputado Pavão, quero parabenizar V. Exa. pela iniciativa e V. Exa. sabe que esse é um ninho de cobra. No ano passado, a Câmara Federal e o Senado constituíram uma Comissão Mista para investigar uma série de aspectos envolvendo essa questão do combustível, e essa Comissão teve muitas dificuldades para funcionar, inclusive tem o Deputado André Luiz do PMDB, do Rio de Janeiro, acusado de tentar receber propina usando a Comissão, portanto, essa é uma máfia extremamente perigosa. Eu queria apenas lembrar V. Exa. que nós quando fizemos a viagem pela Comissão Especial sobre a Bolsa Família, nós fomos vítimas desse tipo de prática criminosa, abastecemos os carros da Assembléia lá em Mirinzal à meia noite, chegamos a Carutapera na maior dificuldade e acabamos ficando no prego entre Santa Helena e Pinheiro, porque os carros não conseguiram andar com combustível

adulterado. Chegamos a Cujupe de carona nos carros da Prefeitura de Pinheiro porque o combustível comprado, naquele posto em Mirinzal, era combustível adulterado. Portanto, o projeto é da maior importância, esperamos que esta Casa aprove rapidamente e que o Governador sancione para gente proteger o contribuinte maranhense de mais uma prática ilícita. Muito obrigado.

O SENHOR DEPUTADO PAVÃO FILHO - Eu agradeço a V. Exa. e incorporo o seu aparte em nosso pronunciamento. Portanto, Senhor Presidente, senhores e senhoras Deputados, espero que esta Casa aprove o mais rápido possível esse projeto, ele é urgente, urge à sua aprovação, porque protege o cidadão. E quero dizer, mais uma vez, que esse projeto tem apoio até daqueles que vendem corretamente o combustível, dos proprietários de postos, através da sua entidade que os congrega que é o Sindicato dos Vendedores de Combustível, eles defendem o que eles querem que seja vendido o combustível correto. Porque o cara que entra no mercado adulterando o combustível, ele está correndo deslealmente com eles, então o projeto não é contra ninguém, é a favor de todos. Ganha o Governo, ganha o vendedor de combustível que vende honestamente, ganha o contribuinte e ganha a sociedade. Espero que esta Casa aprove, o mais rápido possível, esse projeto e que nós possamos coibir de vez, no Maranhão, dando exemplo com punição enérgica que é exatamente o cancelamento da eficácia da inscrição do ICMS da empresa que tentar vender combustível adulterado. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO RIGO TELES - Comunicação de lideranças. Partido Socialista Brasileiro - PSB, cinco minutos. Declina. Partido Verde - PV, cinco minutos. Declina. Partido Popular Socialista - PPS, cinco minutos. Declina.

VI - EXPEDIENTE FINAL

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RIGO TELES - Com a palavra o Deputado Domingos Dutra.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RIGO TELES - Com a palavra o Deputado Rubem Brito.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RIGO TELES - Com a palavra a Deputada Helena Barros Heluy.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RIGO TELES - Com a palavra o Deputado Stênio Resende.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RIGO TELES - Com a palavra o Deputado Pavão Filho.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RIGO TELES - Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente sessão.

Ata da Terceira Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Quinta Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada em vinte e um de fevereiro do ano de dois mil e cinco.

Presidente Senhor Deputado Rubens Pereira.
Primeiro Secretário Deputado Wilson Carvalho.
Segundo Secretário Deputado Pavão Filho.

Às dezesseis horas, presentes os Senhores Deputados Aderson Lago, Alberto Franco, Alberto Marques, Antônio Carlos Bacelar, Antônio Pereira, Carlos Braide, Cristina Archer, Deusdedit Sampaio,

Domingos Dutra, Elígio Almeida, Francisco Gomes, Geovane Castro, Graça Paz, Helena Barros Heluy, Hélio Soares, Janice Braide, João Evangelista, Joaquim Nagib Haickel, Julião Amin, Luiz Pedro, Manoel Ceará, Manoel Ribeiro, Maura Jorge, Mauro Bezerra, Max Barros, Pavão Filho, Pedro Veloso, Reginaldo Nunes, Rigo Teles, Rubem Brito, Rubens Pereira, Soliney Silva, Stênio Rezende, Telma Pinheiro e Wilson Carvalho. Ausentes: Camilo Figueiredo, Carlos Alberto Milhomem, Carlos Filho, César Pires, José Lima, Paulo Neto e Teresa Murad. O Senhor Presidente declarou aberta a sessão em nome do povo e invocando a proteção de Deus. Determinou a leitura do texto bíblico, ata da Sessão anterior, que foi considerada aprovada e do seguinte expediente: Projetos de Lei nº 013/05, do Senhor Deputado Pavão Filho, que dispõe sobre o cancelamento da eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do Im-posto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte e de Comunicação- ICMS, do estabelecimento que comercializar derivados de petróleo e demais combustíveis carburantes, em desconformidade com a as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente; 014/05, do Senhor Deputado Alberto Franco, dispondo sobre a obrigatoriedade da expedição de certidão positiva ou negativa de débito, pela CEMAR, CAEMA e TELEMAR e 015/05, da Senhora Deputada Cristina Archer, que autoriza o Poder Executivo a conceder parcelamento de débitos relativos ao Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores-IPVA. Requerimentos nºs 007/05, do Senhor Deputado Domingos Dutra, a Senhora Flávia Regina Melo, chefe da Assessoria de Comunicação Social do Governo, solicitando informações: qual o valor global dos gastos realizados com publicidade e comunicação no período de 1995 a 2005; e 008/05, da Senhora Deputada Helena Barros Heluy, ao Superintendente do Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transporte -DNIT, Doutor Leônidas Soriano Caldas Neto, solicitando informações sobre que providências estão sendo tomadas para recuperação da ponte sobre o Riacho Grande, situada no km 11, da BR-230, próxima à cidade de Barão de Grajaú, se já existe alguma empresa contratada para a obra de recuperação da ponte, em caso positivo, qual o prazo previsto para o início das obras. Indicações nº 009, 010, 011, 012 e 013/05, do Senhor Deputado Domingos Dutra, ao Senhor Bernardino Temponi Campos, Gerente de Relações Institucionais da TELEMAR, filial do Maranhão, solicitando a instalação de telefones públicos, nos Povoados Alegre, Cambucá, Ladeira, Porteira e Cavaleiro, do Município de Cajari; 014 e 015/05, do Senhor Deputado Reginaldo Nunes, solicitando ao Doutor Edmilson Irineu Carneiro, Coordenador do Comitê Gestor Estadual do Programa Luz para Todos, no sentido de incluir no Plano de Universalização de Energia Elétrica, os Povoados de Jaburu e Rumo, dos Municípios de Aldeias Altas; 016/05, da Senhora Deputada Maura Jorge, solicitando a implantação do Centro de Estudos Superiores de Pedreiras, da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA; 017/05, da mesma autora, à Doutora Jacy Pacheco de Sousa, Gerente Executiva do INSS, em Imperatriz, solicitando a implantação de um posto de atendimento do INSS, no Município de Cândido Mendes; 018/05, da mesma deputada, ao Ministro dos Transportes, Doutor Alfredo Pereira do Nascimento, solicitando a celebração de um convênio com o Governo do Estado, objetivando a conclusão da MA-245, trecho Lago da Pedra-BR-226, localizada entre as Cidades de Barra do Corda e Grajaú, passando pela cidade de Lagoa Grande; 019/05, do Senhor Deputado Pavão Filho, ao Reitor da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, Doutor Waldir Maranhão Cardoso, solicitando a implantação de um Campus da UEMA, no Município de Chapadinha; 020/05, do Senhor Deputado Hélio Soares, ao Governador do Estado, Doutor José Reinaldo Tavares, solicitando providências, no sentido de revogar o ato que alterou a tabela de pagamento do Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores- IPVA, fixando o calendário para pagamento do referido imposto pela ordem da terminação da placa do veículo e 021/05, da Senhora Deputada Helena Barros Heluy, ao Ministro dos

Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, solicitando a restauração, em caráter de urgência, da ponte sobre o Riacho Grande, situada no km 11, da BR-230, próxima à cidade de Barão de Grajaú. Não havendo mais matéria sobre a Mesa, o Senhor Presidente encaminhou o expediente à publicação, após deferir os requerimentos e as indicações acima citadas e concedeu a palavra ao Senhor Deputado Stênio Rezende, que usou a Tribuna, para contestar as palavras do Deputado Joaquim Nagib Haickel, que, na sessão anterior, havia comentado que o ex-Prefeito de Vitorino Freire, Juscelino Resende, ainda mantém sob seu comando a política municipal. Negando esta colocação, o orador lembrou que o atual Prefeito de Vitorino Freire é aliado político do Deputado Joaquim Nagib Haickel, e disse que o que está acontecendo lá, é que o Prefeito que acabou de assumir o cargo, atrasou o salário dos servidores em dois meses e ainda demitiu servidores concursados. Por sua vez, o Senhor Deputado Domingos Dutra justificou indicação ao Governo do Estado, solicitando o cancelamento dos contratos com a Construtora PETRA e com todas empresas que tenham como proprietários ou sócios os empresários Lourival Parente e Lourival Sales Parente Filho. Ele argumentou que uma vez que a empresa foi apontada como participante de um esquema montado na Secretaria de Infra-Estrutura para desviar recursos públicos e já que o Ministério Público recomendou a rescisão desses contratos, não existe razão para o Governo mantê-los. O Deputado disse ainda, que vai pedir informação sobre a construção da sede da Assembléia, para saber se a empresa está no mínimo cumprindo o cronograma do contrato que tem com esta Casa. Sobre este particular, o Senhor Deputado Carlos Braide, usou a Tribuna para se manifestar contrário às colocações do Deputado petista. Apesar de entender suas preocupações, o Líder do Governo considerou insensato o pleito, pois a rescisão dos mesmos, poderá acarretar em prejuízos às obras que estão em andamento, inclusive a construção da sede do Legislativo, que poderá sofrer um atraso de, pelo menos um ano, caso seja rescindido o contrato, já que teria que ser feito novo projeto e nova licitação. Na ordem do dia, não houve matéria para deliberação do Plenário. No primeiro horário do grande expediente, ouviu-se o Senhor Deputado Luís Pedro, que usou a Tribuna para debater sobre a implantação da Refinaria de Petróleo em Pernambuco. Segundo o Deputado, a decisão da Petrobrás de instalar a refinaria, em Pernambuco, já estava praticamente tomada há quase dois anos e para fundamentar essa afirmação, ele recorreu a uma série de episódios, destacando matéria contida no site da empresa FIC Petróleo, que em agosto de 2003, dá como praticamente certa a instalação da nova refinaria, em Pernambuco. Em seguida, ele alertou para o risco que o Maranhão está correndo de perder mais um importante empreendimento, a instalação do Polo Siderúrgico, a exemplo do que ocorreu com a Refinaria de Petróleo, projeto que, no Maranhão, tinha todas as condições estruturais para ser implantado, mas que acabou indo para o Estado natal do Presidente da República. Segundo ele, porque os grupos políticos que dominam o Estado não estão sabendo como administrar esta questão. Para o Deputado pedetista, a briga que esta havendo dentro do grupo de matriz sarneysista e a insistência de se instalar as usinas dentro da Ilha de São Luís, apesar de todos os relatórios desaconselharem que sejam instalados dentro da Ilha, esses dois fatos aumentam a possibilidade de não se instalar aqui o Pólo Siderúrgico. Por isso, ele defendeu que o Maranhão não perca essa oportunidade e fazendo um apelo ao Governo do Estado para que considere outras alternativas para instalação das Usinas fora da Ilha de São Luís. Ele disse que este é o momento de unir esforços para evitar que Maranhão perca um investimento calculado entre 7 a 11 bilhões de dólares. No tempo dos partidos, a Deputada Graça Paz falando pelo Bloco Parlamentar de Oposição, proferiu leitura do discurso acerca da oportunidade do tema da Campanha da Fraternidade que tem como tema "Solidariedade e Paz" como lema "Felizes Os Que Promovem a Paz". Ela fez referência ao clima de intranquilidade e guerra no Oriente Médio, e também destacou o assassinato da irmã

Dorothy Stang. No expediente final, o Deputado Domingos Dutra contestou os argumentos do Deputado Carlos Braide de que a rescisão dos contratos com as empresa PETRA poderá acarretar, em prejuízos, às obras em andamento, no Estado. O Deputado disse que prefere ver as obras de construção da Sede do Legislativo interrompidas do que o Estado continuar um contrato com a empresa que comprovadamente participou de esquema para desviar recursos públicos. Exigindo do Governo do Estado que adote as providências necessárias para o desligamento dessas empresas. Em seguida, o Deputado petista, falou sobre uma Comissão de vários Deputados Estaduais, com o Presidente da Assembléia e o Governador do Estado, que vai à Brasília, participar de uma audiência com o Ministro dos Transportes, para exigir a imediata recuperação da BR 316, no trecho entre Santa Inês e Zé Doca. Ele estranhou que o assunto principal dessa audiência seja a BR 316 e indagou ao Presidente João Evangelista se o mais correto não seria entregar ao Ministro dos Transportes, o relatório da Comissão Especial das Estradas, criada na Sessão Legislativa passada, para tratar sobre a questão das estradas maranhenses. Ele defendeu que esse relatório, que se encontra publicado no Diário da Assembléia, contendo fotos da situação das MAs e BRs, e o orçamento do custo de cada trecho, deveria ser o objeto principal dessa audiência. Caso contrário, a Comissão que passou meses visitando as estradas estaduais e federais, constatando os problemas, tirando fotos dos piores trechos, e que fez o relatório, ficaria desmotivada e seu trabalho teria sido em vão. Em aparte, o Senhor Deputado Max Barros se solidarizou com o orador. Por sua vez, o Senhor Deputado Rubem Brito voltou a cobrar do Governador José Reinaldo Tavares, a recuperação de rodovias estaduais. Lembrando que, desde que José Reinaldo assumiu o Governo, já se passaram quatro invernos, mas até o momento, nada foi feito para melhorar a situação dessas rodovias. Ele reclamou principalmente da situação das MAs 014 e 106 que cruzam a Baixada Maranhense, chamando a atenção, principalmente para 30 km da MA-106 entre Pinheiro e Santa Helena, que está intrafegável desde 2002. Cobrando essa posição de seus colegas para os problemas das MAs, o Deputado considerou estranho que uma Comissão de Deputados Estaduais irá a Brasília para exigir a imediata recuperação da BR-316, entre Santa Inês e Zé Doca, enquanto que as demais estão sendo esquecidas. Ele defendeu que o Parlamento Estadual não deva fugir das suas responsabilidades, preocupando-se apenas com os problemas dos outros. Por fim, o Senhor Presidente João Evangelista usou a Tribuna para tratar sobre essa viagem da Comissão de Deputados à região do Alto Turí, especificamente a BR 316, no trecho Santa Inês/Bom Jardim/Zé Doca. Ele relatou a situação de precariedade em que se encontra essa BR, citou o trecho entre Bom Jardim e Zé Doca onde o asfalto desapareceu completamente, citou outro trecho de 50 quilômetros entre Santa Inês e Zé Doca, que chegou ao ponto do veículo levar três horas para fazer esse percurso. Disse que além da demora no percurso, os que por ali trafegam estão expostos à ação de bandidos que não têm dificuldade de interceptá-los, pois a velocidade dos mesmos não chega a 20 km/hora, facilitando os assaltos. Depois de fazer um relato detalhado sobre a caótica situação da BR 316, o Presidente da Assembléia disse que o Maranhão não vai mais aceitar essa situação de desrespeito e convidou seus pares para irem a Brasília, manifestar repúdio e exigir a imediata recuperação da BR em referência. Lembrando que a viagem está marcada para amanhã, dia 22 de fevereiro, quando a Comissão acompanhada do Governador do Estado e de Prefeitos do Alto Turi, será recebida em audiência pelo Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão determinando que fosse lavrada a presente ata, que lida e considerada aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Gervásio Santos, do Palácio Manoel Bequimão, em São Luís, 21 de fevereiro de 2005.

REPUBLICAR POR INCORREÇÃO

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Projeto de Resolução n.º 002/2005, aprovado nos seus turnos regimentais, RESOLVE promulgar a seguinte:

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 460/2005

Dispõe sobre a reforma administrativa da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão e dá outras providências.

Art. 1º. A Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, com competências definidas na Constituição do Estado e em seu Regimento Interno, fica estruturada na forma da presente Resolução Legislativa.

Art. 2º. Compõem a estrutura organizacional da Assembléia Legislativa:

- I – o Plenário;
- II – a Mesa Diretora;
- III – a Presidência.

Art. 3º. Integram o Plenário:

- I – Gabinetes dos Deputados;
- II – Comissões Técnicas;

a) – Consultoria Legislativa.

Parágrafo Único: A Consultoria Legislativa caberá assessorar os trabalhos das Comissões, bem como, elaborar nota técnica sobre proposição a requerimento de Comissão, de Presidente de Comissão ou de Relator.

Art. 4º. Integram a Presidência, como unidades de apoio e assessoramento:

- I – o Gabinete da Presidência;
- II – a Secretaria Particular da Presidência;
- III – o Gabinete Militar;
- IV – a Auditoria Geral;
- V – a Procuradoria Geral;
- VI – a Assessoria Especial;
- VII – a Comissão Permanente de Licitação;
- VIII – a Corregedoria;
- IX – a Ouvidoria Parlamentar;
- X – o Cerimonial;
- XI – o Gedema – Grupo de Esposas de Deputados do Estado do Maranhão.

Art. 5º. Às unidades que integram a Presidência, como unidades de apoio e assessoramento, competem:

I – Ao Gabinete da Presidência: planejar, coordenar, dirigir, assessorar, executar e prestar apoio aos atos de competência do Presidente, definidos no regimento interno e na Constituição Estadual;

II – À Secretaria Particular da Presidência: prestar serviços de apoio e assessoramento direto ao Presidente em assuntos de natureza particular, bem como aos relacionados a sua agenda de compromissos;

III – Ao Gabinete Militar: planejar, coordenar e executar ações relativas à segurança e vigilância das instalações da Assembléia Legislativa, da Presidência, das atividades legislativas e das demais atividades, zelando pela segurança pessoal do Presidente, tranqüilidade e integridade física de todos os servidores e dos Parlamentares;

IV – À Auditoria Geral: planejar as atividades de auditoria e controle interno, promover o aprimoramento dos controles internos, assim como a prevenção e a apuração de irregularidades e análise de prestação de contas da Assembléia Legislativa;

V – À Procuradoria Geral: exercer a representação judicial, consultoria e o assessoramento técnico-jurídico ao Poder Legislativo;

VI – À Assessoria Especial: prestar assessoramento em assuntos específicos, atendendo a consultas e determinações da Presidência;

VII – À Comissão Permanente de Licitação: coordenar e executar procedimentos licitatórios, segundo a legislação vigente, visando contratação de obras, serviços, locações e/ou compras.

VIII – À Corregedoria: fiscalizar o cumprimento dos princípios e das normas que norteiam a Administração Pública, especialmente os atinentes a legalidade, impessoalidade e moralidade; apurar e investigar fatos passíveis de irregularidades; realizar fiscalizações e inspeções; instaurar e requisitar procedimentos em curso; constituir comissões e, quando necessário, propor e sugerir medidas necessárias destinadas a apurar eventual responsabilidade funcional.

IX – A Ouvidoria Parlamentar: oferecer programas de atendimento, através de diversos canais de comunicação, tornando real a possibilidade do cidadão reclamar, solicitar, denunciar, sugerir ou elogiar qualquer evento ligado à prestação dos serviços legislativos e administrativos. Promover a defesa dos direitos e interesses da população contra quaisquer atos e omissões cometidos, assim como o aprimoramento na prestação do serviço público, de forma que propicie aos cidadãos segurança, eficiência e satisfação da atividade pública.

X – Ao Cerimonial: planejar, organizar e assessorar as atividades que requeiram o cumprimento de formalidades, bem como em atos solenes e públicos.

XI – Ao Gedema: planejar, promover, coordenar e executar ações sócio-cultural-recreativas, envolvendo servidores e seus familiares. Promover parcerias com instituições públicas e privadas, visando ao desenvolvimento de atividades junto a comunidades carentes e instituições de caráter filantrópico. Estabelecer integração com as unidades de serviço médico, odontológico e social da Assembléia.

Art. 6º. Integram a estrutura da Procuradoria Geral: a Procuradoria Geral, a Procuradoria Geral Adjunta e 4 (quatro) Subprocuradorias.

Art. 7º. Integram a Presidência, como unidades de linha e execução:

- I – a Diretoria de Comunicação Social;
- II – a Diretoria Geral;
- III – a Secretaria Geral da Mesa.

Art. 8º. Às unidades que integram a Presidência, como unidades de linha e execução, compete:

I – À Diretoria de Comunicação Social: o planejamento e execução de atividades que promovam a divulgação dos trabalhos legislativos e o relacionamento institucional do Poder Legislativo com os demais órgãos, entidades públicas e privadas e a sociedade. Elaborar a diagramação, paginação, publicação e distribuição do Diário da Assembléia e de outros serviços gráficos. Acompanhar, gravar e redigir relatório com notícias veiculadas em jornais e em emissoras de rádio e televisão. Elaborar releases sobre atividades da Assembléia, visando distribuição na mídia. Operar rádio, televisão e outros meios de comunicação que pertençam ou venham pertencer à Assembléia. Veicular matérias e atualizar as notícias e demais informações institucionais no site da Assembléia.

II – À Diretoria Geral: o planejamento, organização, direção e controle das atividades relativas a assistência médica e serviço social, gestão de recursos humanos, administração de material e patrimônio, tecnologia de informação, orçamento, planejamento, contabilidade, finanças e assistência médica, odontológica e serviço social em todo o âmbito da Assembléia;

III – À Secretaria Geral da Mesa: planejamento, desenvolvimento e controle das atividades legislativas envolvendo apoio e assessoramento às comissões; atividades da mesa tais como: apoio parlamentar, controle de atos legislativos, atas e registros e suporte ao plenário; e às atividades de documentação e registro envolvendo: taquigrafia e áudio, revisão, arquivo, anais, controle da legislação, biblioteca.

Art. 9º. As estruturas das unidades de linha e execução, que integram a Presidência, são:

- I - Diretoria de Comunicação Social:

- a) Subdiretoria de Rádiodifusão;
I. Seção de Televisão Parlamentar;
II. Seção de Rádiodifusão.
- b) Subdiretoria de Publicação e Divulgação;
I. Seção de Diário Legislativo;
II. Seção de Divulgação;
1) Setor de Divulgação em Rádio;
2) Setor de Divulgação em Televisão;
3) Setor de Divulgação em Transmissão Imprensa.
- II - Diretoria Geral
- a) Diretoria de Assistência Médica e Serviço Social:
I. Seção de Serviços Médicos;
1) Setor de Atendimento Interno;
2) Setor de Atendimento Comunitário.
II. Seção de Serviços Odontológicos;
III. Seção de Serviços de Assistência Social:
1) Setor de Creche;
2) Setor de Serviço Social.
- b) Diretoria de Recursos Humanos:
I. Subdiretoria de Desenvolvimento Humano:
1) Seção de Treinamento e Desenvolvimento;
2) Seção de Recrutamento e Seleção;
3) Seção de Apoio ao Programa Interlegis.
II. Subdiretoria de Administração de Recursos Humanos:
1) Seção de Folha de Pagamento;
2) Seção de Direitos e Deveres;
3) Seção de Cadastro e Controle de Pessoal.
- c) Diretoria de Administração de Material e Patrimônio:
I. Subdiretoria de Manutenção de Serviços:
1) Seção de Reprografia.
2) Seção de Manutenção, Conservação e Limpeza:
(a) Setor de Transportes;
(b) Setor de Serviços Gerais.
3) Seção de Protocolo e Portaria:
(a) Setor de Protocolo;
(b) Setor de Portaria.
- II. Subdiretoria de Patrimônio e Compras:
1) Seção de Patrimônio;
2) Seção de Compras e Almojarifado:
(a) Setor de Compras;
(b) Setor de Almojarifado.
- d) Diretoria de Tecnologia da Informação
I. Subdiretoria de Sistemas:
1) Seção de Desenvolvimento;
2) Seção de Suporte.
II. Subdiretoria de Manutenção:
1) Seção de Usuário;
2) Seção de Manutenção.
- e) Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças:
I. Subdiretoria de Finanças;
1) Seção de Contabilidade;
2) Seção de Administração Financeira.
II. Subdiretoria de Orçamento e Planejamento:
1) Seção de Controle Orçamentário;
2) Seção de Planejamento.
- III - Secretaria Geral da Mesa:
a) Diretoria Legislativa:
I. Seção de Apoio às Comissões;
II. Secretaria das Comissões Técnicas.
b) Diretoria da Mesa:
I. Seção de Apoio Parlamentar;
II. Seção de Controle de Atos Legislativos;

- III. Seção de Atas e Registros;
IV. Seção de Suporte de Plenário.
- c) Diretoria de Documentação e Registro:
I. Seção de Taquigrafia:
1) Setor de Áudio.
II. Seção de Revisão.
III. Seção de Arquivo.
IV. Seção de Anais.
V. Seção de Controle da Legislação.
VI. Seção de Biblioteca.
- d) Coordenação Parlamentar

Art. 10. As despesas decorrentes da execução da presente Resolução correrão à conta dos recursos orçamentários próprios.

Art. 11. Ficam mantidos os atuais cargos em comissão e funções gratificadas, devendo ser adequados às alterações introduzidas pela presente Resolução.

Art. 12. Ficam criados com simbologias e quantidades definidas os seguintes cargos comissionados:

CARGO	SIMBOLOGIA	QUANTIDADE
DIRETOR	ISOLADO	09
DIRETOR GERAL ADJUNTO	ISOLADO	01
DIRETOR ADJUNTO	ISOLADO 1	09
SECRETARIO GERAL		
ADJUNTO DA MESA	ISOLADO	01
AUDITOR GERAL ADJUNTO	ISOLADO 1	01
AUDITOR	DGA	02
PROCURADOR GERAL ADJUNTO	ISOLADO	01
SUBPROCURADOR	ISOLADO 1	01
CONSULTOR LEGISLATIVO	ISOLADO	01
CONSULTOR LEGISLATIVO ADJUNTO	ISOLADO 1	01
CHEFE DA ASSESSORIA ESPECIAL	ISOLADO	01
ASSESSOR ESPECIAL	ISOLADO 1	02
SUBSECRETÁRIO CHEFE DO GABINETE DA PRESIDENCIA	DGA	02

Art. 13. Fica revogada a Resolução Legislativa n.º 444 de 11 de março de 2004, e as demais disposições em contrário.

Art. 14. Esta Resolução Legislativa entrará em vigor na data de sua publicação.

MANDA, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente Resolução pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir na forma em que se encontra redigida. O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, a faça imprimir, publicar e correr.

PLENÁRIO DEPUTADO "GERVÁSIO SANTOS" DO PALÁCIO "MANOEL BEQUIMÃO", em 17 de fevereiro de 2005.
Deputado João Evangelista – Presidente - Deputado Wilson Carvalho - Primeiro Secretário - Deputado Pavão Filho - Segundo Secretário.

REPUBLICAR POR INCORREÇÃO
EM: 22.02.05

COMISSÃO ESPECIAL

OFÍCIO Nº 01/2005.

São Luís, 21 de fevereiro 2005.

Senhor Presidente,

Dirijo-me à Vossa Excelência para comunicar da reunião de instalação dos trabalhos da Comissão Especial, criada através da Resolução Administrativa nº 286, datada de 16 de fevereiro do ano em curso, para analisar e emitir parecer à Medida Provisória nº 010/2005, que dispõe sobre a criação da Corregedoria Geral do Estado e altera dispositivo das Leis nºs 6.895, de 26 de dezembro de 1996 e 7.356 de 29 de dezembro de 1998, modificada pela Lei nº 8.153 de 08 de julho de 2004, e dá outras providências em cuja reunião foi procedida a eleição para Presidente, Vice - Presidente e Relator que apresentou o seguinte resultado:

PRESIDENTE – DEPUTADA – TELMA PINHEIRO
VICE-PRESIDENTE – DEPUTADO ANTONIO BACELAR
RELATOR – DEPUTADO JULIÃO AMIN

Atenciosamente,

Deputada TELMA PINHEIRO
Presidente da Comissão

Excelentíssimo Senhor
Deputado JOÃO EVANGELISTA
Presidente da Assembléia Legislativa
N e s t a

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E
COMBATE À FOME
COORDENAÇÃO GERAL DO FUNDO NACIONAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

AVISO/MDSCF/CGFNAS/N.º 189

Brasília, 22 de novembro de 2004.

Senhor (a) Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia da (s) planilha (s) informando a transferência de recursos para o (s) Fundo (s) Municipal (is) de Assistência Social/MA, destinados a manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada/2004 no (s) mês (es) indicado (s) na (s) mesma (s).

Atenciosamente,

MARCOS CHAGAS GOMES
COORDENADOR DA CGOF

AVISO/MDSCF/CGFNAS/N.º 210

Brasília, 28 de dezembro de 2004.

Senhor (a) Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia da (s) planilha (s) informando a transferência de recursos para o (s) Fundo (s) Municipal (is) de Assistência Social/MA, destinados a manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada/2004 no (s) mês (es) indicado (s) na (s) mesma (s).

Atenciosamente,

MARCOS CHAGAS GOMES
COORDENADOR DA CGOF

À Sua Excelência o (a) Senhor(a)
DEP. CARLOS ALBERTO MILHOMEM
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão

Rua do Egito, n. 144 - Centro
CEP: 65.010-908 São Luís/MA

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
PRESIDÊNCIA
COMUNICADO N.º. AL001310/2004**

Brasília, 24 de dezembro de 2004.

ILM.º (a) Senhor (a),

PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
MARANHÃO

De acordo com a legislação vigente, informamos a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, conforme abaixo:

Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO		Ordem Bancária	
Programa	Parcela	Data Emissão	Valor em R\$
FNATE	008	24/12/2004	68.864,43
Rede		Qtd. Alunos	
ESTADUAL		8155	

Atenciosamente,

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES
Presidente do FNDE

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
PRESIDÊNCIA
COMUNICADO N.º. AL001311/2004**

Brasília, 24 de dezembro de 2004.

ILM.º (a) Senhor (a),

PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
MARANHÃO

De acordo com a legislação vigente, informamos a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, conforme abaixo:

Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO		Ordem Bancária	
Programa	Parcela	Data Emissão	Valor em R\$
FSJA	003	24/12/2004	1.450.598,56
Rede		Qtd. Alunos	
ESTADUAL		43970	

Atenciosamente,

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES
Presidente do FNDE



**ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA**

PODER LEGISLATIVO

EDITADO PELA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Registro no cartório de títulos e documentos sob os números 1.780 e 24.950.
Rua do Egito, n.º 144, Centro - Fone: 214-5885 - FAX: (098) 222-6253
CEP.: 65010-908 - São Luís - MA
Site: www.al.ma.gov.br - E-mail: secom@al.ma.gov.br

JOÃO EVANGELISTA
Presidente

JORGE VIEIRA
Secretário de Comunicação

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Ao elaborar o seu texto para publicação no Diário da Assembléia, observe atentamente as instruções abaixo:

- A) edição dos textos enviados à Secretaria de Comunicação em disquete;
- B) medida da página em formato A4;
- C) editor de texto padrão: word for windows - versão 6.0 ou superior;
- D) tipo de fonte: Times New Roman;
- E) tamanho da letra: 10;
- F) entrelinhas automático;
- G) gravar no disquete sem compactar, sem vírus de computador;
- H) o disquete só deverá ser gerado após o ato oficial estar devidamente assinado;
- I) utilize tantos disquetes quanto seu texto exigir.